
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MARIANA BONALDO

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE –
SIGNIFICÂNCIAS E SENTIDOS NAS REDES
SOCIAIS.**



Rio Claro
2018

MARIANA BONALDO

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE
SIGNIFICÂNCIAS E SENTIDOS NAS REDES SOCIAIS

Orientador: Celia Regina Rossi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Biológicas.

Rio Claro
2018

B697e Bonaldo, Mariana
Educação em sexualidade : Significâncias e sentidos nas redes sociais / Mariana Bonaldo. -- Rio Claro, 2018
40 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Celia Regina Rossi

1. Sexualidade. 2. Redes sociais. 3. Escola. 4. Educação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Agradecimentos

Aos meus pais, Cleide e Marco, pelos sacrifícios para que eu chegasse até aqui. Pai, obrigada por nunca ter me subestimado. Se eu me interessei pela ciência, foi por você e sua capacidade de deixar que minha curiosidade fluísse sem limites, mesmo quando eu pouco (ou nada) entendia das leituras das inúmeras revistas que sempre estiveram à minha disponibilidade. Mãe, obrigada por ter me ensinado a ser confiante e tolerante, e por ter se disponibilizado tantas e tantas vezes a aprender comigo. Sua paciência e seu colo estiveram ali enquanto eu me descobria como mulher, como profissional e como ser humano. Vocês me criaram pra voar, mas eu sei que sempre vou ter um ninho pra pousar.

À minha irmã, Cecilia, pela leveza, pelo amor e pela amizade. Esse trabalho acadêmico surge numa tentativa de tornar o mundo de amanhã melhor pra você e pra todas as mulheres que vem depois de você. Que você sempre saiba que é livre, linda e inteligente e que juntas sempre seremos melhores e mais fortes.

Lucas, esse estudo jamais teria sido concluído sem você, não só pela coautoria na primeira versão deste trabalho, mas também porque sua amizade foi a coisa mais bonita que aconteceu comigo nesses anos infinitos de graduação. Obrigada pelos risos, pelas trilhas, pelas vitaminas de açaí carregadas de conversas, pelas festas e noites onde só precisávamos existir juntos. Mais do que isso, obrigada por sempre ter visto meu lado mais suave, por ter se tornado esse porto seguro onde eu me permito atracar sempre que preciso – sem medo de ser julgada, sem medo de chorar. Eu amo você.

Aos amigos do CBN13, Ana Carolina, Letícia, Leonardo e Laíse: vocês tornaram momentos muito tensos infinitamente mais leves. Renegades, vocês sabem quem vocês são e foi ótimo renegar todas as convenções possíveis com vocês durante esses anos. Guilherme, obrigada pelo apoio, pelo colo e pelas cervejas que impediram que eu enlouquecesse ao final dessa trajetória.

À todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

(FREIRE, 1967)

Resumo

Apesar de ser um tema transversal proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a sexualidade no ambiente escolar é majoritariamente vista como obrigação dos professores de Ciências da Natureza e Biologia e não de toda a comunidade escolar. Esses professores chegam à sala de aula despreparados para lidar com discussões acerca dessa temática, que não está presente na maior parte dos currículos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, fazendo com que as aulas de educação em sexualidade sejam embasadas em teorias com um caráter altamente biológico e morfológico, ignorando a sexualidade humana enquanto tarefa de natureza sócio-histórica e delegando a tarefa de educar sobre sexualidade à meios menos confiáveis – como programas televisivos e a Internet. Com o acesso cada vez mais recorrente às redes sociais, é impossível ignorá-las como parte de uma nova configuração de construção do sujeito e dos processos de geração, articulação e difusão do conhecimento. Neste estudo, baseado na perspectiva de que a persona *on-line* é uma extensão da identidade dos indivíduos, buscamos estudar, refletir e analisar os discursos sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e os papéis sexuais contidos em comentários de páginas de notícias da rede social Facebook, relacionando-os com as significâncias e sentidos formados sobre o assunto. O estudo destaca com essas análises, a importância de toda a comunidade escolar – e em especial do professor de Ciências e Biologia – na construção e reconstrução dessas concepções, dentro de uma vertente mais social, histórica e antropológica.

Palavras-chave: Sexualidade, Redes Sociais, Escola, Educação.

Apresentação

O meu interesse neste estudo surgiu durante minha primeira atuação como educadora, quando fui responsável por ministrar uma aula de Educação Sexual para uma sala de Ensino Médio de uma escola pública, enquanto desenvolvia meu estágio de licenciatura em Ciências Biológicas. Ao escolher trabalhar com essa temática, ouvi da professora titular de Biologia o quanto os professores em geral evitavam abordar sexualidade em sala de aula, já que era extremamente complicado. A sala com a qual trabalhei era um primeiro ano do Ensino Médio do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e, ao ver quantas dúvidas básicas e quantas ideias retrógradas aqueles estudantes carregavam consigo, inquietei-me profundamente. Passei a refletir sobre a omissão da escola e dos educadores no que tangia discussões sobre sexualidade e daí surgiu uma questão básica: se a escola estava se omitindo, então onde os jovens e a população em geral se educavam? Meu interesse cresceu ao acompanhar as discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e perceber, mais uma vez, que ideias retrógradas ganhavam força. No meio dessa polêmica, percebi o crescente papel das redes sociais como mediadoras nas discussões mais atuais da sociedade, mostrando que enquanto a escola se omitia, outros meios ganhavam força como um antro de discussões e debates – mesmo que esses meios não parecessem assim tão seguros, visto o número gigantesco de discursos de ódio sendo difundidos. Assim, percebi a importância de entender o papel da internet na formação de significações relacionadas à sexualidade, e da sua relação com o papel da escola e do professor de Ciências e Biologia.

Deste modo, o objetivo geral deste estudo foi analisar o teor de discursos acerca de temáticas relacionadas à sexualidade encontrados na seção de comentários de páginas de veiculadores de notícias, buscando compreender as significâncias ou sentidos presentes nestes, e problematizando qual o papel da instituição escolar e dos professores na manutenção ou resignificação dessas concepções.

Apresentamos aqui os capítulos para que possam entender todo o processo desse estudo. No primeiro capítulo apresentaremos na introdução os autores que guiarão este estudo. Já no capítulo dois, apontaremos a abordagem metodológica que subsidiou o estudo. No capítulo três serão abordados os resultados da

pesquisa; no capítulo quatro, será levantada uma discussão, buscando relacionar os resultados apresentados com os referenciais teóricos do estudo. No capítulo cinco, serão abordadas as considerações finais após o término do estudo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. MATERIAL E MÉTODO	11
2.1 Material	11
2.2 Método	11
2.2.1. Os núcleos de significação	11
3. RESULTADOS	13
3.1 Núcleo de significação 1 – Desconhecimento acerca dos aspectos sócio-históricos que tangem a sexualidade.	14
3.2 Núcleo de significação 2 – Falácias sobre preconceito e violência de gênero.	18
3.3 Núcleo de significação 3 – Insegurança	21
3.4 Núcleo de significação 4 – Heterossexualidade Compulsória.....	23
3.5 Núcleo de Significação 5 - Influência das religiões na percepção da sexualidade.	25
4. DISCUSSÃO	26
5. CONCLUSÃO.....	35
Referências Bibliográficas	37

1. Introdução

Ao buscarmos *on-line* a definição da palavra sexualidade, nos deparamos com um termo que remete, em grande parte dos dicionários formais e informais encontrados, à prática sexual ou à qualidade daquilo que é sexual. Poucas são as definições encontradas que trazem consigo um caráter além do biológico e reprodutivo, não levando em consideração os amplos aspectos da sexualidade enquanto atividade humana e, portanto, construída através de uma dialética entre o campo social e a História, refletindo relações sociais, ideologias e modo de produção – assim como o próprio homem (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Mariuzzo (2003) defende a sexualidade humana como uma atividade de natureza sócio-histórica, construída em nível individual através das relações entre os seres e em nível social seguindo os interesses de classes dominantes:

Podemos concluir então, que a sexualidade enquanto atividade humana, não é somente de natureza biológica, mas sim construída ao longo do desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, desde seu nascimento, nas suas relações com aqueles que constituem sua família, natural ou substituta, inicialmente. Portanto, é composta por uma complexidade de determinações, originadas na educação da criança durante sua vida em família e continuada nas suas relações sociais mais amplas (MARIUZZO, 2003, p. 26).

É necessário levantar os fatores que permeiam as atividades humanas, em especial ao que tange a sexualidade, para que possamos compreender as significações e sentidos construídos em relação a ela. Os conceitos de significação e sentido são amplamente utilizados em diferentes áreas de estudos, sendo influenciados por seu referencial teórico. Nesse trabalho, serão considerados os conceitos empregados por Asbahr (2014), utilizando como referencial teórico os estudos de Leontiev. Sobre significações, traz que:

Segundo Leontiev, as significações medeiam às relações do homem com o mundo, ou seja, são o reflexo da realidade elaborada historicamente pela humanidade sob a forma de conceitos, saberes ou modos de ação, independentemente da relação individual que os homens estabelecem com ela. O sistema de significações, embora em eterna transformação, está “pronto” quando o indivíduo nasce, cabendo a este se apropriar dele. (ASBAHR, 2014, p. 268)

Já os sentidos são a forma como o sujeito se apropria das significações, refletindo sua relação com os fenômenos objetivos conscientizados (ASBAHR, 2014). Os sujeitos apropriam-se de significações constantemente ao longo de seu desenvolvimento biopsicossocial, transformando-as em sentidos de forma subjetiva, relacionada com suas vivências, relações e motivações pessoais. Ao pensarmos na sexualidade, é necessário termos em mente a força de algumas significações:

Algumas significações apresentam-se tão fortemente cristalizadas e difundidas histórico-socialmente, podendo ser invisíveis aos olhos de quem as apropria, o que pode promover a manutenção de sentidos e significados que sustentam, sem questionamento, algumas normas sociais existentes. (COELHO; CAMPOS, 2015, p. 895)

É assim com os papéis de gênero, que definem o comportamento esperado de mulheres e homens conforme seu sexo biológico, e com a esperada dicotomia entre o sexo biológico, a orientação sexual e a identidade sexual, que parte da heterossexualidade compulsória. Assim, os sujeitos desviantes dessas normas – ou significações – são marginalizados e violentados, sistemicamente, fisicamente e simbolicamente (COELHO; CAMPOS, 2015).

Desconstruir essas significações, enraizadas profundamente na sociedade, é um processo longo e repleto de obstáculos. A escola, como dispositivo pedagógico (LARROSA, 1994), define-se o melhor local para que significações acerca da sexualidade sejam problematizadas e repensadas. Mariuzzo (2003) reflete acerca do papel da escola em relação a essa temática:

A escola, com relação ao saber específico sobre sexualidade, podemos argumentar, que na educação do indivíduo está implícita sua formação global. Nesse sentido, se é função da escola a transmissão/construção dos conhecimentos científicos elaborados ao longo do tempo pela humanidade, os conhecimentos sobre a sexualidade humana, em todos seus aspectos, que foram construídos pela Ciência, devem ser ensinados e aprendidos na escola, inclusive como um meio de se garantir que o aluno tenha acesso aos conteúdos, reconhecidos por esta Ciência, principalmente, a respeito de sua própria sexualidade. (MARIUZZO, 2003, p. 31)

A orientação sexual é um dos temas transversais postulados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que consideram a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, relacionada ao direito ao prazer (BRASIL, 1997). Apesar

de ser considerada temática transversal e que, portanto, deveria ser trabalhada por todos os professores dentro do ambiente escolar, a educação em sexualidade é, majoritariamente, considerada tarefa do professor de Ciências da Natureza ou Biologia (COELHO; CAMPOS, 2015).

Bonfim (2009) traz que, apesar de fazer parte dos PCNs, a educação em sexualidade raramente é abordada nas escolas e, nas raras vezes em que é, vem com um viés fortemente biológico, focando em questões fisiológicas e morfológicas, e deixando de lado todos os aspectos socioculturais acerca do tema. Destaca a deficiência na formação de professores de Ciências, cujo currículo deixa uma lacuna existente em relação à sexualidade. Essa falta de embasamento científico é um dos principais entraves na formação de um projeto de educação em sexualidade abrangente.

Costa (2013), Figueiró (2009) e Santos (2017), destacam o papel das mídias e da internet como educadores sexuais quando a escola, o ambiente mais adequado para que se estabeleçam diálogos acerca da sexualidade, se omite. Programas televisivos, revistas, internet e redes sociais fazem o papel de educar informalmente o jovem, mesmo não sendo ambientes seguros para essa função.

Estamos vivendo um período histórico chamado pós-modernidade, fruto de mudanças vivenciadas e geradas pelo homem. Destacando-se os efeitos da globalização e o desenvolvimento exponencial da tecnologia, nos deparamos com uma atualidade virtual, onde temos rápido acesso em tempo real a notícias e acontecimentos mundiais, fazemos compras online, interagimos com pessoas em outros países através das redes sociais, compartilhamos instantaneamente dados, como: fotos, vídeos, sons, artigos, trabalhos, dentre uma série de outras informações (BOZZA.; VINHA; 2016). Segundo o instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE (2014), o acesso à internet tem se difundido através de dispositivos moveis, de modo que celulares, smartphones e tablets estão no topo deste ranking, além de já fazer parte da vida de metade da população mundial.

O sujeito pós-moderno, portanto, depara-se com uma nova área dentro da construção de sua identidade, que é a *web*. Segundo Ruffino e colaboradores, 2010:

Esta nova proposta de Web trouxe consigo, diversas ferramentas e recursos que dão ao usuário inúmeras possibilidades de estabelecer comunicação de forma interativa seja entre os usuários, entre estes e

os sistemas, ou, ainda, entre os usuários e as próprias informações que circulam livremente na web. (RUFFINO et. al, 2010, p. 03)

Segundo Martins (2013), dentro dessas mídias sociais, o que importa para o sujeito é construir uma identidade que o permita participar dessa nova configuração de relações que são formadas pela web. Para isso, necessita da comunicação com outro ser humano ou com as informações que circulam livremente, já que, dentro da web, só existe quem é visto. E, para serem vistos, os sujeitos constroem essa comunicação de diferentes maneiras – principalmente expressando suas opiniões acerca de assuntos polêmicos.

Neste estudo, baseado na perspectiva de que a persona *on-line* é uma extensão da identidade dos indivíduos, buscamos analisar discursos sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e papéis sexuais contidos em comentários de páginas de notícias da rede social Facebook, relacionando-os com as significâncias e sentidos formados sobre o assunto, e destacando o papel da Escola – e em especial do professor de Ciências e Biologia – na construção dessas concepções.

2. Material e Método

2.1 Material

Foi utilizado a rede social: Facebook¹ como principal ferramenta para filtrar notícias publicadas entre o período de 2015 à 2018, cuja temática fosse relacionada à orientação sexual, gênero e papéis de gênero.

2.2 Método

Foram selecionadas quatro notícias provenientes da rede social do G1, portal de notícias da Rede Globo, cuja audiência ultrapassa 52 milhões de visitantes (TARGET GROUP INDEX, 2017). Utilizando os filtros de pesquisa disponíveis no Facebook, afinou-se a busca para notícias sobre sexualidade e gênero publicadas no período de 2016 a 2018 e que possuísem mais que 100 comentários postados. Através desses critérios, foram selecionadas quatro notícias: *Senado aprova projeto que cria novas hipóteses para aumento da pena em caso de feminicídio – 13/03/2018*; *Projeto que une robótica e feminismo vai representar o Brasil em ‘G20 para meninas’ – 29/07/2016*; *Receita autoriza uso de nome social também no CPF – 20/07/2017*; *Público LGBT sofre mais preconceito em espaços públicos e no transporte em SP, diz Rede Nossa SP – 22/05/2018*. Realizou-se uma leitura flutuante de todos os comentários disponíveis nas notícias selecionadas. Seguindo o trabalho de Aguiar e Ozella (2006), foram levantados pré-indicadores presentes nos discursos encontrados nos comentários. Os pré-indicadores originaram indicadores que, por sua vez, foram aglutinados em núcleos de significação, que foram enfim analisados.

2.2.1. Os núcleos de significação

O estudo se pautou nos Núcleos de Significação, que Segundo Aguiar e Ozella (2006), surgiram como resposta à necessidade da Psicologia em elaborar um método que conseguisse analisar a complexidade presente nas relações psíquicas

¹ O Facebook é uma rede social fundada em 2004, que possibilita que seus usuários troquem informações pessoais e conteúdos, e constitui-se a rede social mais usuários do mundo.

humanas, ou seja, um método materialista dialético. Aguiar et al. (2015) destacam a necessidade de construir-se um método específico para a apreensão de significações, já que os elementos determinantes na formação de significações não são visíveis ao pesquisador, constituindo uma dificuldade para leva-las além do empírico.

O processo de construção dos núcleos de significações pode ser, basicamente, dividido em três etapas: levantamento de pré-indicadores, sistematização de indicadores e sistematização dos núcleos de significação (AGUIAR et al., 2015). O levantamento de pré-indicadores busca identificar palavras ou trechos de falas que indiquem, de algum jeito, os pensamentos do sujeito (AGUIAR et al. 2015). Esses pré-indicadores são aglutinados conforme sua similaridade ou contraposição, originando os indicadores. Os indicadores passarão pelo menos processo de sistematização e articulação, revelando os núcleos de significação (AGUIAR et al., 2015).

3. Resultados

Ao todo, foram analisados cerca de 1.215 comentários nas quatro notícias selecionadas. A leitura flutuante originou os pré-indicadores e indicadores expostos no Quadro 1.

Quadro 1. Lista com os pré-indicadores e indicadores.

Pré-indicadores	Indicadores
Femicídio não existe; termo femicídio não faz sentido; mulheres não precisam de legislação especial; leis para mulheres são retrocesso; pauta desnecessária; existem questões mais importantes; homofobia é assunto desnecessário e sem fundamento; não há necessidade de leis específicas para LGBTs.	Ignorância acerca da situação de minorias no Brasil.
Homens morrem mais do que mulheres; a vida do homem vale menos que a da mulher; privilégio para transexuais; heterossexuais tem menos direitos; movimento LGBT tem privilégios; heterossexuais sofrem preconceito por serem heterossexuais.	Falsa simetria.
Todo dia um homem mata uma mulher; algo só é feito após mais uma mulher morrer; bater em mulher é atitude de frouxo; violência contra transexuais; direitos para ontem; respeito é direito inalienável; necessidade de falar sobre a situação; respeito; preconceito.	Sentimentos de medo e indignação.
Feminismo é tosco e mesquinho; não precisa de feminismo em tudo; feminismo não ajuda; feminismo é uma porcaria; feminismo é vulgar e não acrescenta nada positivo; feminismo estraga a robótica; feminismo é doença, feminazis.	Repulsa por movimentos sociais.
Feminismo foi deturpado; feminismo é nudez; feministas são manipuladas; feministas tem ódio de homens; feminismo busca privilégios; feminismo é injustificável; segregação de homens e mulheres.	Ignorância acerca de movimentos sociais.
Homens e mulheres são diferentes; função feminina é cuidar da casa e do marido.	Atribuição de papéis de gênero.
Transexualidade não é natural; homossexualidade é uma aberração da natureza; homossexualidade não é normal, travestis e transexuais deveriam se tratar.	Desvios da heterossexualidade.
Gays vão para o inferno; vão ler a Bíblia; Deus condena relações homossexuais; mudaram a vontade de Deus.	Princípios bíblicos tangendo a sexualidade.
Ser transexual é escolha; escolha sexual.	Identidade de gênero e/ou orientação sexual como escolha.
Palhaçada; pouca vergonha; inversão de valores; decadência moral; falta de respeito em público; não tem vergonha na cara.	Homossexuais como imorais.
Viva a diversidade.	Celebração da diversidade.
Sexo e gênero são o mesmo; transexualidade é falta de aceitação	Ignorância sobre

própria.	terminologias.
Homossexuais devem evitar demonstrações públicas de afeto; LGBTs sofrem preconceito por culpa deles; não há necessidade de demonstrar publicamente sua orientação sexual; vitimismo; LGBTs incitam a violência que é cometida contra eles.	Culpabilização da vítima.
Nenhum LGBT sofre preconceito; ter nojo não é preconceito.	Desonestidade intelectual.
Canal excretor não reproduz.	Sexo somente para fins biológicos.

Os quinze indicadores passaram por processo de sistematização e foram aglutinados em cinco núcleos de significação, listados no Quadro 2.

Quadro 2. Lista com os indicadores e núcleos de significação.

Indicadores	Núcleos de Significação
Ignorância acerca da situação de minorias no Brasil; Ignorância acerca de movimentos sociais; Ignorância sobre terminologias; Repulsa por movimentos sociais.	Desconhecimento acerca dos aspectos sócio-históricos que tangem a sexualidade.
Falsa simetria; Desonestidade intelectual; Culpabilização da vítima.	Falácia sobre preconceito e violência de gênero.
Sentimentos de medo e indignação.	Insegurança.
Atribuição de papéis de gênero; Desvios da heterossexualidade; Identidade de gênero e/ou orientação como escolha.	Heterossexualidade compulsória.
Princípios bíblicos tangendo a sexualidade; Homossexuais como imorais; Sexo somente para fins biológicos.	Influência das religiões na percepção da sexualidade.

3.1 Núcleo de significação 1 – Desconhecimento acerca dos aspectos sócio-históricos que tangem a sexualidade.

Esse núcleo refere-se aos comentários que expressavam ignorância quanto à história de grupos marginalizados, aos fatores sócio-históricos que contribuíram para colocá-los nessa posição e a realidade desses grupos na sociedade contemporânea.

Na notícia intitulada “*Senado aprova projeto que cria novas hipóteses para aumento da pena em caso de feminicídio*”, parte dos perfis opinando na seção de comentários demonstra desconhecer as razões que tornam necessária a criação de legislação específica para crimes cometidos contra mulheres:

“(...) Falo de modo geral, homicídio é homicídio não interessa se é contra homem ou contra mulher.” (Autor 1)

“O termo feminicídio faz tanto sentido quanto o Casal Nardoni apresentar o Criança Esperança.” (Autor 2)

Outros se mostram contrários não somente ao uso do termo, mas também ao enfoque judicial nesse tipo de crime, argumentando que é inútil aumentarem a pena somente em casos de feminicídio:

“Feminicidio... Se preocupam mais com a classificação do que com a penalidade. Homicídio é o crime que vale para ambos os sexos.”
(Autor 3)

“A tendência desses crimes é aumentar, porque preferem se preocupar mais em especificar, qualificar e agravar os crimes, (como Maria da Penha, feminicidio...) do que em ter a certeza da pena ou da punição... aí só da nisso!” (Autor 4)

Alguns perfis, além de mostrarem-se indignados com o aumento de pena sobre o feminicídio, ainda colocaram-na como agente segregacionista de homens e mulheres:

“Começou a segregação, porque não criam para os dois?” (Autor 5)

“Tem que parar com essa classificação.” (Autor 6)

Esses tipos de comentários se estenderam para além das leis e direitos da mulher, aplicando-se também à comunidade LGBTQ+, como demonstram alguns dos discursos encontrados nas notícias “*Receita autoriza uso de nome social também no CPF*” e “*Público LGBT sofre mais preconceito em espaços públicos e no transporte em SP*”. Alguns comentários demonstram ignorância quanto à importância e ao avanço – mesmo que lento -- que o direito do uso do nome social no CPF representa para pessoas transexuais:

“Há coisas mais importantes para olhar neste momento.” (Autor 7)

“Tanta roubalheira e tanta gente pra ir pra cadeia, tantos projetos importantes em prol de toda sociedade e eles vem colocar discussão sempre como prioridade pautas que interessam meia dúzia de doentes que nem sabe realmente o que são.” (Autor 8)

“É uma palhaçada atrás da outra. Tanta gente passando fome.. Precisando de abrigo... De educação... Saúde... E o dinheiro do povo é investido nessas bobagens!” (Autor 9)

Outros parecem alheios aos índices elevados de crimes de ódio cometidos contra a comunidade LGBTQ+, também justificando seu discurso no fato de que existem outros assuntos mais importantes para ser tratado, o que invalidaria as pesquisas nessa temática:

“Com tanta coisa relevante... Meu Deus... mania de ser coitadinho, vão se vetar!” (Autor 10)

“Os mendigos e moradores de ruas estão passando esse frio, alguém pode levar um casaco velho e doar. Que tal Globo ao invés de vitimizar essa categoria ajudar essas pessoas que estão sofrendo nas ruas.” (Autor 11).

O uso de termos errôneos para referir-se à identidade de gênero, e a confusão entre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico foram observados com frequência nos discursos, muitas vezes acompanhados por uma noção particular de que identidade de gênero e orientação sexual são escolhas, e que cidadãos transexuais assim o são por falta de aceitação própria:

“Pedem tanta aceitação dos outros, nem eles próprios aceitam o que são e querem mudar tudo.” (Autor 12)

“Mais uma do politicamente correto que supostamente visa o bem-estar de quem não se aceita.

Infelizmente há quem se satisfaça vivendo uma mentira. Negue o seu nome, finja ser quem não é, mas no fim, estará lá a biologia pra te contar uma verdade.” (Autor 13)

“Do jeito que vai esse mundo, daqui uns dias vai ser obrigatório a colocar dois nomes no bebê recém nascido, um masculino e um feminino, para quando ele (a) crescer escolher qual nome usar.” (Autor 14)

“Homem é homem. Mulher é mulher. Será que agora será alterada a certidão de nascimento? A criança nasce e vai na certidão "gay"? Ou então, na gravidez os pais desejarão que seja "gay"? É muito carnaval em torno de algo óbvio. A vida mostrará a escolha sexual, de resto, repito: homem é homem, mulher é mulher.” (Autor 15)

“Enquanto não conseguirem mudar o DNA, pra mim, não haverá mudança de gênero. É só falta de aceitação da própria pessoa.” (Autor 16)

“Os travestis e transexuais deviam se tratar, pois pra querer mudar nesse grau é porque eles tem muita vergonha do que são.” (Autor 17)

Na notícia “*Projeto que une robótica e feminismo vai representar o Brasil em ‘G20 para meninas’*”, alguns discursos mostraram desconhecimento sobre a origem, importância e necessidade de movimentos sociais, lançando luz sobre a ótica pela qual alguns movimentos – como o feminismo, por exemplo – são vistos.

“Infelizmente a expressão "feminismo" foi deturpada. Deixou de ser a procura por igualdade e passou a ser a desculpa hipócrita para reivindicações toscas e mesquinhas.” (Autor 18)

“Quando leio "feminismo" e "ajudar", já penso que algo de errado não está certo.” (Autor 19)

“Parei de ler no feminismo... Antes achava que feminismo era a justa luta da mulher por direitos iguais, mas percebi que é só um bando de revoltadas com ódio de homem.” (Autor 20)

“Une robótica e feminismo? O que será? Robôs peludas que mostra os peitos caídos?!” (Autor 21)

“Saco cheio deste feminismo cheio de babaquices, vulgaridades, hipocrisias e sem nada de positivo ou ideal p acrescentar à mulher!” (Autor 22).

Em síntese, os discursos presentes nesse núcleo de significação demonstram a falta de conhecimento relacionada aos aspectos não-biológicos da sexualidade, como as questões de gênero, violência e articulação social e histórica, que são pontos primordiais na vida de algumas minorias sociais. A falta de respeito, também é percebida entre os escritos.

3.2 Núcleo de significação 2 – Falácias sobre preconceito e violência de gênero.

Aqui foram englobados os discursos falaciosos relacionados ao preconceito e a violência histórica que sofrem as mulheres e a comunidade LGBTQ+. Na notícia “*Público LGBT sofre mais preconceito em espaços públicos e no transporte em SP*”, muitos comentários tentavam negar a existência de preconceito, partindo do pressuposto de que o cidadão tem direito de desgostar e não concordar com a identidade e orientação sexual de outrem, e que não é possível caracterizar esse sentimento como preconceito:

“Nenhum gay sofre preconceito (...). O fato de repudiarmos ações como essa não é preconceito, é senso de respeito” (Autor 23).

“Tipo, pra quem não sabe; não concordar é "preconceito" viu.” (Autor 24)

“Ter nojo é preconceito?” (Autor 25)

Outros discursos encontrados com frequência partiram no sentido de relativizar o preconceito, argumentando que preconceito é natural e muitas outras classes também sofrem com ele:

“Duvido que existe um ser humano sem preconceito todos tem preconceito não adianta mentir.” (Autor 26)

“Todo mundo nesse planeta sofreu, sofre ou virá a sofrer algum tipo de preconceito, cabe a você passar por cima erguer a cabeça ser quem você é e não encher o saco dos outros.” (Autor 27)

“Eu presenciei cenas de preconceito contra gay, pobre, crente, gordo, anão, japonês, negro... Gay não está imune.” (Autor 28)

A maior parte dos comentários buscava justificar o preconceito contra os LGBTQ+, seguindo uma tendência de culpabilizar a vítima pela violência por ela sofrida:

“Basta agir naturalmente que não ofenda e obriguem as pessoa aceitarem uma atitude que não é normal na maior naturalidade, por que não é!... Como por exemplo: Ficarem se beijando e se agarrando dentro do ônibus, do metrô enfim, transporte público é lugar de respeito. Para ganhar e ter respeito tem que saber também respeitar. Simples assim. Não confundam respeito com preconceito!” (Autor 29)

“Sabe porque as pessoas LGBT sofrem preconceito? Porque querem aparecer mais que as outras pessoas, são pessoas normais se achando especiais.” (Autor 30)

“Sofrem preconceito porque querem. A intimidade é algo pessoal. Não sei porque motivo escancaram tudo para todos verem. Que aguentem as consequências porque assim optaram.” (Autor 31)

“Comportem-se e dêem-se ao respeito que não haverá preconceito! Mas querem chegar causando em todos os lugares como se fizessem questão 25h por dia de mostrar que são gays!” (Autor 32)

Uma parcela relativamente grande dos discursos presentes nos comentários possuíam, em comum, a característica de empregarem dados ou comparações desonestas, também com o intuito de justificar o preconceito e a violência expostos, ignorando fatores sócio-históricos que colocaram determinados grupos à margem e favoreceram outros:

“E as pesquisas que nós heteros sofremos preconceito por ser hetero?” (Autor 33)

“‘Ain! 153 LGBTQERTSTUVESKGD!... morrem no Brasil por Crime de ódio!’ E os Milhares de heteros que morrem? Morrem por amor?!” (Autor 34)

“Eu estou mais vendo preconceito dos gays contra nós héteros, está demais, todo dia somos esculachados, tá difícil demais.” (Autor 35)

Onda semelhante foi identificada nos comentários da notícia “*Senado aprova projeto que cria novas hipóteses para aumento da pena em caso de feminicídio*”, onde imperou a comparação entre os assassinatos de homens e mulheres no Brasil e as penas aplicadas, também ignorando os fatores levantados anteriormente:

“Matar o marido (crime 50% mais cometido do que matar a esposa) dá pena menor. Porque na visão desta sociedade feminista, a vida do homem vale menos.” (Autor 36)

“Então a vida do homem vale menos que dá mulher? Se a mulher mata o homem é um terço a menos, se o homem mata a mulher é um terço a mais?! Essas desigualdade só vai levar a sociedade é a guerra dos sexos à matança geral.” (Autor 37)

“No total de 8.426 assassinatos por violência doméstica, temos 1718 assassinatos de mulher e 6708 de homens, ou seja, APROXIMADAMENTE 80% DAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SÃO HOMENS, ou usando os números como sensacionalista, a cada 5 mortes por violência doméstica, 4 são de

homens. Fonte: <http://libernews.com.br/.../estudo-diz-que-homens-sao-as-.../> (Autor 38)

“Bom saber que a minha vida vale menos apenas por ser homem. Vale tão menos que 90% dos 60 mil assassinatos anuais são cometidos contra homens.” (Autor 39)

De modo geral, esse núcleo de significação agrupou discursos falaciosos, cuja argumentação baseava-se em dados manipulados e irreais, deixando de fora fatores essenciais para o entendimento da violência pontual contra as mulheres e a comunidade LGBTQ+. Esses discursos buscavam, muitas vezes, tirar o holofote das questões tratadas nas notícias e coloca-lo sobre grupos sócio-historicamente dominantes, apagando ou relativizando os problemas sofridos pelos grupos marginalizados em questão. Outras vezes, buscavam justificar preconceito, violência e exclusão social.

3.3 Núcleo de significação 3 – Insegurança

Sintetizados nesse núcleo, estão os comentários cujos discursos expunham o medo e a indignação que são cotidianos na vida de mulheres e LGBTQ+, cuja existência é permeada por uma gama de violências e preconceitos, revelando a falta de segurança cotidiana na vida desses grupos. Em algumas notícias, como “*Senado aprova projeto que cria novas hipóteses para aumento da pena em caso de feminicídio*”, esses comentários representaram uma pequena parcela dos comentários totais:

“Eu penso que isto se deve, ao aumento estrondoso de homens matando mulheres, parece que virou moda, todo dia, toda hora, a todo momento um homem mata uma mulher.” (Autor 40)

“Mulher tem que ser protegida pela lei.” (Autor 41)

Em outras, como “*Público LGBT sofre mais preconceito em espaços públicos e no transporte em SP*” e “*Receita autoriza uso de nome social também no CPF*”,

apareceram com mais frequência. Alguns perfis utilizaram-se de dados relacionados à violência na tentativa de conscientizar outros leitores sobre a vivência de indivíduos LGBTQ+:

“Seria bom citar que o a Brasil é responsável pela metade dos assassinatos de transsexuais no mundo. Sim metade! Engraçado que uma outra análise mostra que o Brasil também é o lugar onde mais se pesquisa sobre pornografia transexual! Curioso né?” (Autor 42)

“Pesquisa importante pra conscientizar as pessoas que o meu direito termina onde começa o do outro. Lembrando que o Brasil é recordista em assassinatos de LGBT'S e esse é um recorde triste e vergonhoso!” (Autor 43)

“Sim, sofrem muito. E não precisam estar se beijando ou querendo se "amostrar", mesmo se estiverem de cabeça baixa e mexendo no celular, são alvo de xingamentos ou piadas ofensivas. O tal do "hetero-cristao-cidadao-de-bem" é terrível.” (Autor 44)

Outros discursos carregaram um viés de indignação, muitos influenciados pelo gigantesco número de perfis que se opunham aos direitos LGBTQ+, sob as mais diversas justificativas:

“Sabe o que é interessante? As pessoas adoram o discurso de "o Estado não tem que se meter no que eu faço ou não da minha vida", mas é só ver matérias como essa para ver esse mesmo povo não aceitando de maneira nenhuma que os outros adquiram direitos e façam o que quiserem da vida delas.” (Autor 45)

“Vai mudar o que na vida de quem não tem nome social e nem nada com isso? Pra que dar piti se não interfere na sua vida? Isso aí é só a formalização de um recado de que você não tem que se meter no que não te diz respeito.” (Autor 46)

“Quanta ignorância!! O estado tem muitas questões para se "preocupar" como vocês dizem, mas deveríamos estar satisfeitos

com essa notícia, pois é um passo para frente, é mais um direito que conseguimos quebrando o preconceito! Essa questão LGBT não interfere com a questão de educação, saúde etc. Vocês gostam de regredir.” (Autor 47)

“Porque boçais sempre colocam carinhas com gargalhadas quando o assunto é a falta de respeito com o próximo e suas diferenças, medo, trauma, desconhecimento ou tudo junto?!” (Autor 48)

“Absurdo! Todo cidadão tem o direito inalienável de ser respeitado, independente de raça, credo religioso, cultura, genero, extrato social. Somos todos seres humanos.” (Autor 49)

É importante frisar que os comentários presentes nesse núcleo de significação, que reconhecem as dificuldades enfrentadas pelos grupos destacados nas notícias e indignam-se com as situações de violência e discriminação, representaram uma parcela muito menor dos comentários totais do que aqueles que partiram no sentido de justificar ou relativizar os problemas apresentados. Na notícia “*Projeto que une robótica e feminismo vai representar o Brasil em ‘G20 para meninas’*”, foi encontrado somente um comentário que se encaixa nesse núcleo de significação:

“Quantos comentários idiotas. Para que ofender a mulher dessa maneira?” (Autor 50).

3.4 Núcleo de significação 4 – Heterossexualidade Compulsória

Segundo Swain (2010), o conceito de heterossexualidade compulsória trata das formas políticas, culturais e sociais pelas quais a heterossexualidade é reforçada como natural em nossa sociedade. A ideia de que mulheres e homens possuem papéis e status distintos, baseando-se somente em seus corpos biológicos e sua “natureza” social, também está intrinsecamente ligada a esse conceito, que coloca o sujeito masculino como definidor da divisão de trabalho, remuneração e importância social, e o feminino como submisso e controlado por ele (SWAIN, 2010).

Discursos que remetem a essa ideia foram identificados sob diversas formas. Nas notícias “Receita autoriza uso de nome social também no CPF” e “Público LGBT sofre mais preconceito em espaços públicos e no transporte em SP”, alguns dos comentários colocavam o sujeito heterossexual como natural, considerando quaisquer desvios da heterossexualidade anormais ou doentios:

“Como diria Enéas: Homossexualismo é uma aberração da natureza, se a revista A e B diz que é lindo e correto isso não significa que seja.” (Autor 51)

“Muda de nome e modo de se vestir, só não muda a natureza e pra que veio.” (Autor 52)

“Basta agir naturalmente que não ofenda e obriguem as pessoas aceitarem uma atitude que não é normal na maior naturalidade, por que não é!” (Autor 53)

Nos comentários presentes na notícia “*Projeto que une robótica e feminismo vai representar o Brasil em ‘G20 para meninas’*”, é possível detectar o pensamento de que mulheres possuiriam um papel pré-determinado de donas de casa e esposas e que esses papéis deveriam ser respeitados:

“Buscar justiça sempre e algo digno, mas privilégios absurdos implicam em geração de injustiça. Homens e mulheres são diferentes e isto é maravilhoso e divino. Nossas naturezas complementam-se e juntos podemos ser felizes.” (Autor 54)

“Só se ela criar um robô para servir cerveja, fazer comida, lavar roupa e não ficar de mimimi para representar as mulheres brasileiras!” (Autor 55)

Os comentários presentes nesse núcleo de significação, em geral, possuíam um discurso que colocava o homem cisgênero e heterossexual como o cidadão normal da sociedade, evidenciando que formas de relacionamentos não-

heterossexuais, sujeitos transgênero e mulheres que não seguem seu dito “papal” biológico e social são desvios da normalidade e devem ser tratados como tal.

3.5 Núcleo de Significação 5 - Influência das religiões na percepção da sexualidade.

Aqui foram aglutinados os comentários cujos discursos baseavam-se em crenças religiosas para justificar quais tipos de existência seriam corretas e quais tipos seriam anormais. O homem cisgênero heterossexual mais uma vez aparece como o epítome da normalidade, que deve ser exaltado, enquanto sujeitos transgêneros ou homossexuais devem ser rechaçados ou castigados:

“Mudam somente os nomes, só não muda o caminho que estes GAYS estão indo, INFERNO.” (Autor 56)

“Podem mudar nome, podem botar seios podem tirar seios, podem tirar pinto, podem botar pinto, podem ir até pra o lata velha, mas na hora que fizer um exame de DNA, é comprovado como realmente Deus criou, ou foi homem ou foi mulher.” (Autor 57)

“Pois mudaram a verdade de Deus em mentiras e honraram e serviram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente Pelo que Deus os abandonou às paixões infâmes . Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural no contrário a natureza e semelhantemente também os varões deixando o uso natural da mulher , se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, comentendo torpeza e recebendo em si mesmo a recompensa que convinha em seu erro. E como eles se não importaram de ter conhecimento de Deus , assim Deus os entregou a um sentimento perverso para fazerem coisas que não convém.” (Autor 58)

4. Discussão

Os comentários analisados, precursores dos núcleos de significação apresentados, refletem uma tendência já esperada em relação à sexualidade humana: sua capacidade de, enquanto atividade social, refletir as tendências políticas das mais diversas culturas. Enquanto atividade humana a sexualidade sempre se fez presente no cotidiano, porém as significações em relação a ela foram alterando-se ao longo dos anos através dos poderes vigentes que a modularam. Foucault (1976) afirma que esse poder não é uma instância solo, e sim forças multidisciplinares que organizam, regulam e controlam aspectos cruciais da sociedade – como o sexo. Esse poder é uma figura onipresente, pois constitui-se em todos os lugares, nas mais diversas relações:

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E "o" poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. (FOUCAULT, 1976, p. 88).

Os mecanismos reguladores estendem-se além da política propriamente dita – apesar de possuírem, muitas vezes, um caráter político. Uma análise da história da sexualidade e da educação sexual no Brasil reflete alguns deles: a Igreja, a Medicina, a Psicologia e a Biologia, além da própria legislação.

As primeiras inquietações referentes ao sexo no Brasil datam do século XVI, na época colonial. Segundo Ribeiro (2004), as mulheres índias e negras eram associadas à lascividade e as mulheres brancas à submissão, sendo que o homem gozava de uma enorme liberdade sexual. A Igreja Católica condenava fortemente esses atos, já que considerava errada a realização do ato sexual pelo prazer, atribuindo seu intuito à procriação dentro do matrimônio – que era sagrado (GASPERI, 2017). Esse é considerado um dos primeiros momentos de educação sexual no Brasil (RIBEIRO, 2004). Porém, é a partir da primeira metade do século XX que surgem discussões acerca da educação sexual no país. Em 1910, mesclando preocupações da Medicina e da Pedagogia em relação às crianças e a

necessidade de que os “desvios” sexuais fossem entendidos e temidos (SANTOS, 2010), surgem os primeiros discursos. No entanto, é principalmente da década de 20 que o sexo torna-se uma preocupação propriamente dita, originando estudos que passam a empregar o termo “educação sexual” e incentivando discussões sobre ele. Essas discussões tomam um rumo eugenista e higienista, fortemente pautadas pela medicina, que baseia a importância da Educação Sexual na manutenção dos interesses morais, ideológicos e raciais dos indivíduos (COSTA, 2016). Santos (2010) chama a atenção para a visão da experiência sexual como dispositivo da degeneração física e psíquica, apresentando-nos os temas tratados na Educação Sexual do início do séc. XX:

Os temas que compunham essa formação discursiva eram: ‘educação sexual e religião; reprodução humana, células, aparelhos genitais masculinos e femininos; alteração das funções sexuais, causas e estados mórbidos; higiene sexual, repercussão dos estados gerais e genitais sobre a descendência, exame pré-nupcial; moral sexual (como dirigir a vida sexual individualmente e no seio da sociedade)’ (BRITO, 1936 apud SANTOS, 2010).

Essa relação da sexualidade com a medicina dura até a década de 50. Na década de 60, a explosão de movimentos sociais e lutas pelos direitos civis produzem reflexões que são refletidas na instituição escolar, fazendo com que o tema da educação sexual volte-se para a pedagogia (CÉSAR, 2009). É a partir daí que se inicia a implementação de programas de educação sexual – chamados de programas de orientação sexual, para diferenci-los dos programas de educação sexual da medicina – nas instituições educacionais, cuja constituição variava de escola para escola, porém constituindo, de modo geral, um momento bastante favorável para as ações educacionais (RIBEIRO, 2004). Esse momento, porém, não tem uma longa durabilidade, já que em 1964 é instaurado o Golpe Militar que regula a liberdade individual e desfavorece os movimentos sociais; fazendo com que a implementação de programas de Educação Sexual propostos por lei só ocorra de forma efetiva em 1978. A partir daí, são os órgãos públicos que assumem os projetos de orientação sexual nas escolas (RIBEIRO, 2004). Ainda assim, os projetos de orientação sexual continuaram carregando discursos altamente biológicos e relacionados à promoção da saúde, principalmente após a epidemia de AIDS/HIV, que transformou a escola do início dos anos 90 em um local de propagação dos riscos do sexo não-seguro

(CÉSAR, 2009). Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases e são estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais, que reconhecem oficialmente a importância da temática da Orientação Sexual no campo pedagógico, e trazendo preocupações além das relacionadas aos aspectos biológicos, buscando promover um olhar crítico sobre a sexualidade enquanto atividade humana, atendendo às necessidades dos alunos de viverem-na plenamente (RIBEIRO, 2004).

Nos últimos anos, surge uma nova ótica sob a temática da Orientação Sexual, partindo da existência de um Plano Nacional da Educação que é aprovado mediante um retrocesso em relação à educação sexual:

Em foco estava o fato de diferentes câmaras legislativas do país, envolvidas com a aprovação de seus respectivos planos estaduais e municipais de educação, já estarem prontas a seguir o exemplo do Congresso Nacional que, em 2014, suprimiu do texto final do Plano Nacional de Educação (PNE) todos os trechos em que "gênero", "orientação sexual" e "sexualidade" eram explicitamente mencionados, fossem como fundamentos de desigualdades sociais e de práticas discriminatórias a serem "combatidas" nas e pelas escolas, fossem como temas importantes na formação de professores (CARRARA, 2015).

Assim como ao longo da história, os núcleos de significação gerados neste trabalho refletem com acurácia o cenário político-sociológico do Brasil neste momento. Carrara (2015) afirma que nunca falamos tanto sobre sexo: as discussões em relação ao sexo crescerem enormemente nas últimas décadas e ocorreu um inegável avanço nos direitos sexuais. Essa emergência das discussões sobre sexo e sexualidade trazidas pelo autor, podem ser verificadas no grande número de comentários nas notícias analisadas. A sexualidade foi trazida em foco, e todos possuem algum tipo de opinião em relação ela, sendo favoráveis ou não. Além disso, os comentários aglutinados no Núcleo de Significação 3 refletem parte do avanço nos direitos sexuais: os indivíduos indignam-se com a violência de gênero e o preconceito escancarado, reconhecendo que possuem direito ao respeito e a segurança.

No entanto, outra tendência tem sido observada no país: o avanço de uma onda conservadora, cuja tímida emergência data de 2013 e se solidifica com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016 (ARRETICHE; ARAÚJO, 2017). Segundo Arretche e Araújo (2017), as características dessa onda conservadora são:

No caso brasileiro, a ideia de “onda” está associada à identificação de diferentes frentes por meio das quais posições conservadoras se manifestam: a mobilização política de movimentos de direita em contraposição ao tradicional monopólio das ruas pela esquerda; o crescimento da representação parlamentar de orientação pentecostal com preferências religiosas mais extremas, em contraposição ao monopólio secular e/ou católico de posições políticas mais moderadas; o crescimento da intolerância de gênero, em contraposição a um suposto respeito ao direito e à dignidade humana; manifestações explícitas de ódio de classe, em contraposição ao fato de que até então “cada um estava no seu lugar”. As manifestações de posições conservadoras (ARRETCHE; ARAÚJO; 2017).

As manifestações de posições conservadoras ficam explicitadas em diversos discursos encontrados nos comentários, mas principalmente naqueles presentes nos núcleos de significação 2, 4 e 5. Os discursos aglutinados no Núcleo de Significação 4, que insistem na existência de papéis de gênero, tem sua origem nas primeiras divisões de trabalho na sociedade humana. Mariuzzo (2003) traz que as primeiras divisões de trabalho eram baseadas no sexo biológico: nos primórdios das civilizações, o homem era responsável pela caça e a mulher, por ser aquela que gesta e dá a luz, pelos cuidados com a prole. Graças ao desenvolvimento e avanço de diversas tecnologias, essa divisão de papéis de gênero não possui mais embasamento algum para existir, porém permanece fortemente entevada nas relações sociais do séc. XXI (MARIUZZO, 2003), como podemos ver através dos comentários que debocham do papel feminino em áreas que por muito tempo foram de domínio masculino – como a robótica – e relegam as mulheres às atividades privadas de cuidado com a casa e com a família, em uma posição claramente conservadora.

No mesmo núcleo de significação, surgiram muitas colocações sobre a sexualidade “natural” e “normal”, que seria a do sujeito cisgênero-heterossexual, o sujeito normal, em oposição ao sujeito transgênero-homossexual, o sujeito desviante da normalidade. O sexo heterossexual como a única manifestação sexual válida surge no início do século XX, em resposta à linguagem biomédica aplicada à sexualidade, apresentada anteriormente neste trabalho. A noção de que existe uma forma *boa* de manifestação da sexualidade – aquela com potencial reprodutivo, onde o prazer sexual surge somente nos períodos férteis– implica também na existência das *más* manifestações sexuais (CARDOSO, 2015). Qualquer desvio da

normalidade e da “boa conduta sexual” seria uma manifestação sexual não-saudável. O sexo homossexual, como sexo sem potencial reprodutivo, se encaixava nessa categoria. Naquela época, os grupos cujas vivências sexuais não se encaixavam na definição de sexualidade saudável, sofreram forte exclusão social e violência física (CARDOSO, 2015). Pensava-se que essas significações, ao longo da história da Educação Sexual no país, tivessem há muito sido abandonadas. Os resultados deste trabalho mostram, no entanto, que essas significações ainda estão entravadas nos cernes da sociedade e que têm tomando cada vez mais força, já que o maior número de comentários analisados seguia essa visão conservadora.

Deixar que esses discursos ganhem visibilidade na sociedade e, principalmente, nas representações políticas, é potencialmente perigoso, já que os mesmos representam um retrocesso no árduo trabalho de educar os brasileiros em sexualidade e na lenta conquista dos direitos sexuais:

O atual cenário de retrocesso político instaurado no Brasil coloca em risco vários avanços sociais no campo da afirmação dos direitos das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros (LGBT), obtidos nas últimas décadas, aprofundando sobremaneira as desigualdades de gênero (BRANDÃO; LOPES; 2018).

Outro setor regulador cujo poder parecia ter esmaecido, ao menos um pouco, e agora volta a aparecer frequentemente nos discursos sobre sexualidade é o religioso. Os comentários aglutinados no Núcleo de Significação 5 demonstram que as significações sobre gênero, orientação sexual e sexo, ainda são permeadas por moralidades cristãs. Se, antigamente, era a Igreja Católica quem regulava a sexualidade de seus fiéis, hoje é no fundamentalismo evangélico que o discurso religioso toma força, principalmente por meio da crescente influência da bancada evangélica no cenário político brasileiro (ALMEIDA, 2017):

A presença das religiões nos poderes da República são expressões de alguns deslocamentos na estrutura social brasileira. Os evangélicos ascenderam demograficamente e produziram seus canais políticos no Legislativo e no Executivo, mas em menor incidência no Judiciário. Eles têm demonstrado forte capacidade de indução do voto, mais do que qualquer outra religião no país. Se voto é confiança, o vínculo religioso entre candidato e eleitor atesta (ALMEIDA, 2017).

Outras significações encontradas na análise e aglutinação dos comentários partem no sentido de uma ignorância em relação à própria história da sexualidade e dos direitos sexuais. O fato de movimentos sociais estarem sendo vistos de forma negativa, como mostrado no Núcleo de Significação 1, demonstra não somente a tendência conservadora da sociedade neste momento, mas também uma profunda falta de conhecimento acerca das circunstâncias que permeavam o sexo e as sexualidades na época de seu surgimento, e as razões pelas quais a articulação de minorias sociais foi – e é – tão importante. As principais críticas presentes nos comentários deste trabalho, diziam respeito ao movimento feminista. O movimento feminista surge no final do século XIX e coloca as mulheres, que antes eram inviabilizadas, na luz das tomadas públicas, evidenciando suas dificuldades e problematizações, basicamente colocando-as no discurso histórico que havia sido a elas negado durante tanto tempo (COELHO, 2014). No Brasil, o movimento feminista ganha força da década de 70, como resposta ao Golpe de 1964 e buscando a emancipação feminina, sendo inegável sua importância enquanto movimento de resistência:

Esse momento histórico, social e político no qual se desenvolveu é uma das maneiras de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver, no processo de luta de abertura política (COELHO, 2014, p. 23).

É inegável a importância não somente do movimento feminista, como também de outros tantos movimentos sociais para a reivindicação de uma gama de direitos e a viabilização de grupos que, de outra forma, continuariam na margem da sociedade. Segundo os discursos presentes nesse núcleo de significação, parte da repulsa pelo feminismo parte da noção equivocada de que mulheres feministas têm nojo ou ódio de homens. Outra parte condena as ações realizadas em mobilizações feministas, principalmente as relacionadas à nudez. A repulsa, então, parte de dois pontos importantes: o medo masculino de ser visto como um tipo de vilão, o que colocaria em risco aquilo que Coelho (2014) chama de o paradigma naturalista da dominação masculina, onde homens assumem posições privilegiadas às custas de mulheres; e o pensamento pudico que enxerga na nudez obscenidades passíveis de repressão e criminalização (MARTINS; GEISLER; 2017).

De um modo geral, os cinco núcleos de significação apontam para a mesma direção: a onda de conservadorismo que assola o país e como a mesma tem influenciado políticas públicas de ensino e sexualidade e a construção de significações sobre sexo, gênero e orientação sexual. Os comentários demonstram o quanto o Estado e as instituições escolares falharam no passado no âmbito da Educação Sexual e, mais que isso, demonstram o potencial perigo de deixar que crianças e adolescentes – ambos com acesso cada vez mais crescente à smartphones e às discussões presentes nas redes sociais – eduquem-se informalmente através da Internet e meios de comunicação, onde permeiam-se as significações conservadoras e anciãs elucidadas nos resultados deste trabalho.

Mesmo após o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a maior parte das escolas continua tendo pouco ou nenhum trabalho ativo na área da educação sexual, já que os mesmos, apesar de terem representado um grande avanço em direção à construção da escola como um ambiente de diálogo, representam apenas um referencial fomentador da discussão e abrem espaço para que as escolas escolham ou não sua aplicação (OLIVEIRA, 2017). Quando presente, esse trabalho apresenta-se como pontual, sendo realizado sob uma ótica restritiva e puramente biológica, sem uma atuação multidisciplinar e contínua; em partes pela falta de preparo dos professores, que se sentem inseguros para tratar da sexualidade em seus aspectos históricos, culturais e sociais (PIROTTA et al, 2013). Dois dos principais entraves para o estabelecimento de políticas públicas educativas sobre sexualidade que sejam efetivas são, portanto, o Estado e a formação do profissional de educação.

Sobre o Estado, Soares (2004) traz que sua atuação é decisória no estabelecimento da igualdade, não só pelo seu papel como regulador de leis que coíbam a descriminalização, mas também como agente que influi nas relações desiguais presentes em todos os âmbitos da sociedade. Falta aos gestores públicos o entendimento que, ao escolherem neutralizarem-se diante da necessidade de leis específicas que garantam a segurança de indivíduos descriminalizados, ou da existência de fatores que aumentem ainda mais a marginalização de determinados grupos, – como livros didáticos que reforcem as relações heterossexuais como naturais, e a existência de papéis de gênero, por exemplo – estão escolhendo um lado e passando uma mensagem.

Sobre a importância da atuação dos professores nos projetos de educação sexual, diversos estudos (MADUREIRA; BRANCO, 2015; FAUSTINO et al, 2016; VIEIRA; MATSUKURA, 2017) apontam para o fato de que, formados com uma lacuna considerável na temática sexualidade, os professores levam para as aulas de educação sexual representações e experiências pessoais, muitas vezes carregadas de ambiguidades e preconceitos. Esse tipo de constatação aponta para a importância de repensar a grade curricular dos cursos de Licenciatura, além de evidenciar a importância da formação continuada, principalmente na realidade da Educação no século XXI. Behrens (2015) aponta que o educador, nessa realidade, precisa também disponibilizar-se a ser um educando:

Os docentes receberam na sua formação informações, conteúdos, saberes e conhecimentos que não o tornam um profissional pronto para toda uma vida profissional. Portanto, torna-se importante as propostas do aprender a aprender, numa visão complexa, pois permitem um processo que nunca termina, trata-se de caminhos nos quais as descobertas acontecem constantemente, assim, professor e alunos podem se tornar receptivos, para as mudanças que se fazem necessárias. (BEHRENS, 2015, p. 96)

Ao omitir-se da responsabilidade de ensinar e debater sexualidades, a escola ignora um de seus principais papéis: o de agente ativo na construção de identidade dos sujeitos (OLIVEIRA, 2017), cujo ambiente é ideal para que sejam problematizadas e repensadas significações sobre os mais diversos assuntos que tangem a sociedade, principalmente a sexualidade, já que constitui-se em um espaço seguro de construção de conhecimentos (MARIUZZO, 2003). A web também possui papel semelhante na construção das identidades (RUFFINO et al., 2010), porém lhe falta a segurança do ambiente escolar.

Para Freire (1987), a educação não pode ser caracterizada como a mera transmissão de conhecimentos. Pelo contrário, deve ser dialógica, formada por interlocutores que – dialogando suas visões de mundo, e não as impondo – buscam a “significação dos significados”. É somente no diálogo que significações são repensadas e modificadas. Partindo desse pressuposto, a escola constitui-se um ambiente privilegiado de discussão, onde a comunicação entre os educadores e educandos possibilita a construção e modificação de conhecimentos. A web possui um grande potencial para tornar-se um ambiente de discussão e troca, porém na maior parte das vezes acaba reduzida a proselitismos, como demonstram os

resultados deste trabalho. Para Costa (2013), não constituem-se em comunicação verdadeira:

Em um debate ou quando alguém faz um discurso que faz uso de estratégias de retórica (...) não há comunicação, há proselitismo, já que, quem se dirige a um público dessa forma, normalmente quer seduzi-lo e manipulá-lo para convencê-lo; o ato de impor a própria opinião não implica um ato comunicativo (...) O mesmo se pode dizer de alguém que entre amigos (por exemplo, em uma mesa de bar) quer ganhar uma discussão apenas pelo desejo de vencer. Não é comunicação uma conversa entre pessoas, em que a discordância de uma delas faz com que a outra se sinta desafiada. Quando duas ou mais pessoas conversam e, ao mesmo tempo, se encontram em uma situação de hierarquia militar, religiosa ou funcional (no sentido laboral), também não estão realizando um ato comunicativo. (COSTA, 2013, p. 102).

Em síntese, os resultados deste estudo mostram que ao deixar que crianças e adolescentes eduquem-se sozinhos, colocamo-nos em contato com discursos que se empenham em defender suas visões de mundo sem a construção de diálogos, em uma falsa comunicação com o outro. Tratando-se das temáticas relacionadas à sexualidade, é ainda mais perigoso deixar que isto aconteça, já que estes discursos ferrenhos contribuem para a validação e manutenção de significações que colocam determinados grupos em situações de vulnerabilidade, endossando práticas violentas – sejam estas simbólicas ou não.

5. Conclusão

A Educação em Sexualidade, ao longo dos anos, sempre acompanhou as tendências político-sociais das mais diversas culturas, no Brasil isto não é diferente. Sua história passa por diversos períodos: em alguns, sua importância é reconhecida; em outros, sua existência é ameaçada. Políticas públicas sobre Educação em Sexualidade são marcos relativamente recentes na história do Brasil e, representam um inegável avanço da direção dos direitos sexuais e das diversidades. Ainda assim, as leis e documentos oficiais que são elaborados sempre deixaram lacunas que possibilitaram, seja por parte das secretarias de Educação, Federal, Estadual e Municipal do Brasil e também das instituições escolares, que a Educação em Sexualidade fosse tratada como uma temática opcional e não transversal, com muitas reservas quando o assunto é gênero e sexualidade. Quando presente, as aulas de Educação em Sexualidade são frequentemente pontuais, biologicistas e restritivas, pois os profissionais de educação não se sentem adequadamente preparados para tratar da sexualidade enquanto aspecto social.

O Brasil vive uma onda de conservadorismo que enfraquece ainda mais as tentativas de Educação em Sexualidade, fazendo com que crianças e adolescentes tenham que educar-se informalmente. Com o crescimento cada vez maior de acesso à Internet e dispositivos tecnológicos, é lá que a maior parte delas buscam informações no que tange a sexualidade.

A existência da web – principalmente das redes sociais – implica em uma nova maneira de construção das identidades dos sujeitos. Nas redes sociais, sujeitos interagem com diversos conteúdos e, mais importante, uns com os outros. Nessas interações, são transmitidas diversas significações, que traduzem a forma como a sociedade em geral pensa em sexualidade, mas nem sempre é a maneira ideal, correta e sem preconceito, exclusão e violência.

As significações encontradas e analisadas neste estudo são extremamente conservadoras e frequentemente preconceituosas, representando o tipo de discurso com o qual crianças e adolescentes se deparam cotidianamente ao utilizarem-se das redes sociais. Nesta nova realidade, é papel da escola e dos profissionais de educação, fornecerem subsídios para que os educandos possam refletir e repensar tais significações. É necessário que sejam implementados programas de Educação em Sexualidade abrangentes, interdisciplinares, que tratem da sexualidade como

atividade biopsicossocial. Para isso, é preciso que a formação dos profissionais de educação seja repensada, fornecendo a segurança para que falar sobre sexualidade nas escolas deixe de ser uma dificuldade, mas sim, uma possibilidade de aprender sobre respeito, diversidades, dignidade, alteridade.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, J. M. W; OZELLA, S. **Núcleos de Significação como Instrumento para a Aprecensão da Constituição dos Sentidos**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 26, n. 02, p. 222-245. 2006.
- ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Set. 2018.
- ARRETCHE, M., ARAÚJO, V. O Brasil tornou-se mais conservador? **Novos Estudos**, São Paulo, v. Especial, p. 15-22, Jun. 2017.
- ASBAHR, F. S. F. **Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo**: uma revisão teórica. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 18, n. 02, p. 265-272. Maio/Agos., 2014.
- BEHRENS, M. A. **METODOLOGIA DE PROJETOS: APRENDER E ENSINAR PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NUMA VISÃO COMPLEXA**. In Metodologias para a Produção do Conhecimento: Da Concepção à Prática. Coleção Agrinho, p. 95-116. Disponível em: < <http://www.agrinho.com.br/ebook/senar/livro1/>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- BONFIM, S. S. **Orientação Sexual na Escola**: Tabus e preconceitos, um desafio para a gestão. 2009. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
- BOZZA, T. C. L.; VINHA, T. P. **When virtual violence has achieved us** : education programs. p. 1919–1939, 2017.
- BRANDÃO, E. R; LOPES, R. F. F. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.100-123, 13 abr. 2018. EDIPUCRS.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARRARA, S. MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, Aug. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200323&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2018.
- CARDOSO, B. C. I; VIEIRA, V. **O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual**: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 07, p. 62-85. Dez., 2014.

CESAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educ. rev.**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2018.

COELHO, M. F. **Feminismo, gênero e violência contra a mulher**: uma análise da produção teórica. 2014. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COELHO, L. J; CAMPOS, L. M. L. **Diversidade sexual e ensino de ciências**: buscando sentidos. *Ciência & Educação*. Bauru, v. 21, n. 04, p. 893-910. Out./Dez., 2015.

COSTA, A. M. **Por trás de links, sempre existem pessoas**: O anonimato como fator de pertencimento no uso de redes sociais on-line em projetos educacionais. 2013. 274 f. Tese (Doutorado) - Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COSTA, P. C. F. **Educação sexual**: Uma metodologia inspirada nos patamares de adesão. Curitiba: Appris, 2016. 250 p.

FAUSTINO, S. R. O. ENTRE OS DITOS E OS INTERDITOS: representações de professores e professoras do ensino fundamental sobre gênero e sexualidade. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 23, n. 1, Abril 2016.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **EDUCAÇÃO SEXUAL**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. 190 p. Disponível em: <<http://www.maryneidefigueiro.com.br/publivros.php?id=89>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 253 p. (O mundo, hoje. v. 21).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 176 p. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque.

GASPERI, A. A. A sexualidade frente a moral cristã: condutas e influências levadas ao Brasil colônia. **Revista de Divulgação Interdisciplinar**, Itajaí, v. 5, n. 12, 2017.

G1. **Estudante vai representar o Brasil em 'G20 para meninas' na China**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/estudante-vai-representar-o-brasil-em-g20-para-meninas-na-china.ghtml>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

G1. **Público LGBT sofre mais preconceito em espaços públicos e no transporte em SP, diz Rede Nossa SP**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao->

[paulo/noticia/publico-lgbt-sofre-mais-preconceito-em-espacos-publicos-e-no-transporte-em-sp-diz-rede-nossa-sp.ghtml](#)>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

G1. **Receita autoriza uso de nome social também no CPF.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/receita-autoriza-uso-de-nome-social-tambem-no-cpf.ghtml>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

G1. **Senado aprova projeto que cria novas hipóteses para aumento da pena em caso de feminicídio.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-projeto-que-cria-novas-hipoteses-para-aumento-da-pena-do-feminicidio.ghtml>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - 2014. [online]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/>> Acesso em: 04 nov. 2017.

LARROSA, J. **Tecnologias do eu e educação.** In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

MARIUZZO, T. **Formação de professores em orientação sexual:** a sexualidade que está sendo ensinada nas nossas escolas. 2003. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Para A Ciência, Departamento de Educação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

MADUREIRA, A. F. A; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2018.

MARTINS, A. P.; GEISLER, A. R. R. Discursos e práticas de “obscenidade”: moralidade e violência na relação da lei com os corpos no Brasil. **Insurgência**, Brasília, v. 3, n. 2, p.484-505, 2017.

MARTINS, J. L. **O papel das mídias sociais na construção da identidade social do sujeito pós-moderno.** Monografia de Especialização – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Web, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, Paraná, 2013.

OLIVEIRA ,P. V. P. Liberdade de gênero e sexualidade: O papel da educação na construção da identidade. **Communitas**, Acre, v. 1, n. 1, p. 233-246, 2017.

PIROTTA, K. C. M. Programas de orientação sexual nas escolas: uma análise das lacunas na implementação de políticas públicas a partir da percepção dos alunos da rede municipal de ensino de São Paulo. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 191-210, 2012.

RIBEIRO, P. R. M (Org.). **Sexualidade e educação:** Aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. 202 p

SANTOS, C. I. G. **Trabalho de projeto em Influência das novas tecnologias na promoção da qualidade de vida dos seus utilizadores: Higiene, Medicação e Educação Sexual.** 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Para A Saúde, Escola Superior de Tecnologia da Saúde, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2017. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20011/1/CRISTIANA_SANTOS.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2018.

SANTOS, C. O. **A regulação política da sexualidade no âmbito da família por saberes e instituições médicas brasileiras: 1838-1940.** 2010. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_e52bfca1093533d51d91ec5bb8621fa1>. Acesso em: 15 set. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

VIEIRA, P. M; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 69, p. 453-474, jun. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000200453&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2018.